

Termo de Referência 42/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2024	389455-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - RJ	ROMULO FERREIRA DA SILVA	08/10/2024 13:58 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		055/2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.

Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo o projeto e a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo o projeto e a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ	1627	Serviço	1	R\$ 637.638,60	R\$ 637.638,60

Trata-se de objeto de natureza comum, tendo em vista que envolvem soluções padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação dos bens imóveis, com preservação das características originais. Assim sendo, classificamos o presente objeto como Serviço Comum de Engenharia, com base no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**XXI - serviço de engenharia:** toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

**a) serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

1.

Adota-se o pregão eletrônico sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, como o caso em questão.

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ busca, com os serviços de reforma do prédio localizado na Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, promover melhorias e adequações para mudança de sua Sede.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

1.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O serviço consiste na reforma do edifício com 6 pavimentos, mais subsolo, para renovação e adaptação de layout e instalações da nova sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, situado na Praça Tiradentes 50, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

As ações a serem implementadas contemplam: Pintura de paredes e tetos, troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira, aplicação de porcelanato na recepção, impermeabilização de cobertura e troca de telhamento, ajustes de forros em drywall, pintura de portas corta fogo, impermeabilização de áreas molhadas e pintura de piso para estacionamento no subsolo.

Foi identificado que todos os serviços a serem executados se mostram como a melhor ação a ser adotada, pois se tratam de reformas de itens recuperáveis, com a exceção da estrutura do telhado, que será totalmente substituído em virtude da sua condição precária e dos pisos que não permitem a sua recuperação, sendo a sua substituição como melhor opção.

A contratação se dará por meio de Pregão, na sua forma Eletrônica, na forma da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista se tratar de objeto de natureza comum, que envolvem soluções padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação dos bens imóveis, com preservação das características originais. Assim sendo, classificamos o presente objeto como Serviço Comum de Engenharia, com base no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.

O Projeto Básico, que faz parte deste Termo de Referência, fornece todas as informações quanto a execução dos serviços.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

1.

Em ações realizadas no mês de setembro de 2024, no prédio localizado na Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, foi identificado diversos pontos de atenção, que necessitam de reformas.

Foi identificado a necessidade de pintura das paredes das paredes e tetos de todos os andares do prédio, bem como a pintura das fachadas laterais e das portas corta fogo.

A substituição de toda a estrutura do telhado, etndo em vista que foi identificado varias falhas que podem incorrer em infiltrações.

Será necessário a troca dos pisos laminados por vinílicos nos andares 2 ao 6, tendo e vista as péssimas condições que se encontram, e a substituição por piso de porcelanato no térreo, para melhor uso da recepção do CRF-RJ.

Ligado a troca dos pisos, deverá também ser realizado a substituição dos rodapés, uma vez que encontram-se deteriorados e alguns corroidos por cupins.

Foi identicado que o forro do teto do térreo e dos andares 1, 2 e 3 necessitam ser substituídos, pois apresenta falhas e em alguns casos, ausência de placas.

Quanto ao subsolo, que irá abrigar o estacionamento do CRF-RJ, por não haver nenhuma sinalização, será necessário a a pintura demarcatória das vagas, bem como a sinalização pertinente.

Considerando a troca da estrutura do telhado, e o telhado e a troca dos pisos e rodapés, bem com a identificação da necessidade de alguns banheiros, será enecessário também a realização de impermeabilização das areas que ocorrerão os serviços, inclusive das lajes da cobertura e das marquises.

### **Sustentabilidade**

1.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA os procedimentos que deverão ser tomados relativos à minimização de impactos ambientais, previstos ou não, que poderão vir a ser gerados durante a execução dos serviços.

Caberá também à CONTRATADA a elaboração de planos de controle ambiental, que deverão ser aprovados junto aos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, quando da exploração de jazidas, utilização de material de empréstimo ou nos casos de “bota-fora” de materiais oriundos de escavações, entulhos, lodos, vegetações e restos do serviço.

Os resíduos gerados pela execução das atividades previstas neste projeto básico, que apresentem características adequadas ao reaproveitamento, classificados como Classe A, conforme art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/02, oriundos de demolições de pavimentação ou de escavações, deverão ser reutilizados como aterro de valas, obedecendo ao art. 5º, II, do Decreto 27.078/06. Os resíduos que porventura não possam ser reaproveitados deverão ser encaminhados para áreas de aterro de resíduos, conforme art. 10º da Resolução CONAMA nº 307/02.

Visando atender à Instrução Normativa nº01/2020 – MPOG/SLTI, inciso XII do §º do art. 18 e inciso III, art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a empresa CONTRATADA deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;
2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;
3. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR públicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo.

Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

1. **Resíduos sólidos em geral ou rejeitos:** Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.
2. **Procedimento:** “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a CONTRATADA deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA”.

### Subcontratação

- 1.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

- 1.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratual e nas condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.



A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

1.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

1.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

1.

A CONTRATADA poderá apresentar materiais funcionalmente, contanto que apresentem as prerrogativas básicas para execução (não comprometendo o padrão de qualidade); bem como sugerir tecnologias de execução diferenciadas, contanto que mantendo ou vindo a aprimorar a qualidade dos serviços em conformidade com o objeto em questão.

A atuação da FISCALIZAÇÃO, não eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços, continuando sempre como única responsável pela solidez, aparência, perfeição técnica dos trabalhos executados e total segurança de terceiros durante a execução do serviço.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: 05 dias da assinatura do contrato;

*A descrição detalhada dos serviços a serem executados encontra-se nos itens 9.6 ao 9.17 do Projeto Básico, bem como no Orçamento Referencial e na Memória de Cálculo, anexos deste Termo de Referência.*

#### **Cronograma de realização dos serviços:**

A entrega do objeto deverá ser feita por meio de etapas macros que, em conjunto, compõem o cronograma físico-financeiro que será referência para a execução do serviço, sendo remuneradas somente etapas 100% (cem por cento) concluídas, da seguinte forma:

ETAPA	PRAZOS DE EXECUÇÃO	FORMAS DE PAGAMENTO
1. Planejamento e apresentação do projeto.	10 (dez) dias a contar da data da assinatura do instrumento contratual.	5% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a entrega do projeto e aprovação do mesmo pela equipe de Fiscalização do CRF-RJ.
2. Impermeabilização de 259,36m <sup>2</sup> de laje (cobertura e marquises) e Substituição de 167,54m <sup>2</sup> de telhado e estrutura.	10 (dez) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	5% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
3. Reforço de 70,02m <sup>2</sup> de emboço com impermeabilização, Substituição de 261,51 m <sup>2</sup> de forro (fixo e móvel) e Impermeabilização de 18 ralos, reforço de 275,61m <sup>2</sup> de rejunte/piso e aplicação de 109,25m <sup>2</sup> de porcelanato na nova recepção do Conselho	20 (vinte) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
4. Pintura de 4.782,13m <sup>2</sup> de superfície (parede e teto) e Pintura de 15 portas corta fogo.	20 (vinte) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	20% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
5. Troca de 1.010,48m <sup>2</sup> de piso laminado por piso vinílico e Substituição de 697,39m de rodapés de madeira.	15 (quinze) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	40% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
6. Pintura de 1.045,18m <sup>2</sup> das fachadas laterais e Pintura epóxi para 174,33m <sup>2</sup> de estacionamento e acesso.	10 (dez) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.

7. Aprovação dos serviços executados.	05 (cinco) dias, a contar da finalização dos serviços e aprovados pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
---------------------------------------	--	--

1.

Os prazos para execução dos serviços contratados serão contados em dias corridos a partir da assinatura do contrato.

O Projeto Executivo a ser apresentado pela futura Contratada, englobando os serviços descritos no Projeto Básico, bem como no Orçamento Referencial e na Memória de Cálculo, deverá ser coerente e adequado ao cronograma do item 5.3.3.1.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

1.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09:00 horas as 18:00 horas

### **Materiais a serem disponibilizados**

1.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e suficientes, e em qualidades aceitáveis pela fiscalização, promovendo sua substituição quando necessário.

Na aquisição, a CONTRATADA dará preferência, em igualdade de condições, a materiais que tenham MARCA DE CONFORMIDADE, de acordo com a ABNT.

Os materiais caracterizados nas especificações pelas suas marcas comerciais, definindo o padrão de qualidade do produto, só poderão ser substituídos por outros que preencham os mesmos padrões, comprovados por ensaios em órgãos idôneos, a critério da FISCALIZAÇÃO.

Os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do canteiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 72 horas.

Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT e em caso de inexistência destas, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas pelos fornecedores de materiais e equipamentos na obra.

A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

Caso se utilizem materiais minerais (areia, argila, brita, etc.) para realização dos serviços, estes deverão ser oriundos de jazidas regularizadas e submetidos à aprovação do serviço de controle tecnológico e qualidade, como também da FISCALIZAÇÃO.

Todos os serviços são com o fornecimento do material a ser empregado, na forma da Memória de Cálculo.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

1.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

1.

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

1.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

1.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das 09:00 horas às 18:00 horas.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

1.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

1.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

1.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

1.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a

exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

1.

A avaliação da execução do objeto utilizará o Cronograma Físico e o processamento das medições obedecerá à Planilha de Quantitativos e Custos Unitários constantes neste projeto básico.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios descrito na tabela do item 6.3.3.1

#### **Do recebimento**

1.

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização

técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

1.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

1.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

1.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

1.

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

*As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.*

A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

1.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

**Regime de execução**

1.

O regime de execução do contrato será por empreitada por valor Global

**Critérios de aceitabilidade de preços**

1.

Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

*O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, em planilha, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);*

**Exigências de habilitação**

1.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

1.

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

1.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade Fiscal com a Dívida Ativa Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

1.

certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

1.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

*A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*

Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade.

Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1. *Revestimento e Pintura - paredes internas externas, tetos e pisos;*
2. *Retirada e instalação de telhados;*
3. *Retirada e colocação de pisos (cerâmicos e laminados).*
4. *Impermeabilização*

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

*Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

*O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 637.638,60

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 637.638,60 (seiscentos e trinta e sete mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na *tabela do item 1*

*A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato*

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.

A despesa decorrente da contratação do objeto desta contratação correrá à conta de rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Obras e Instalações, do orçamento de 2024.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDERSON PINHEIRO ALVES BRASILEIRO**

Engenheiro



*Assinou eletronicamente em 08/10/2024 às 13:58:51.*

**LUZIMAR GUALTER PESSANHA**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP52\_2024.pdf (4.44 MB)
- Anexo II - Termo de Contrato - Reforma.pdf (858.72 KB)
- Anexo III - DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE DEMANDA.pdf (102.08 KB)
- Anexo IV - ART.pdf (541.82 KB)
- Anexo V - ANEXO memoria Descritivo.pdf (496.66 KB)
- Anexo VI - ANEXO Matriz de Alocao Risco.pdf (188.83 KB)
- Anexo VII - ANEXO - Orcamento Referencial.pdf (560.08 KB)
- Anexo VIII - ANEXO - Memoria de Calculo.pdf (749.08 KB)
- Anexo IX - ANEXO - Cronograma Fisico Financeiro.pdf (658.46 KB)
- Anexo X - ANEXO - BDI.pdf (425.66 KB)
- Anexo XI - Projeto Basico.pdf (165.28 KB)



**Anexo I - ETP52\_2024.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 52/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 53/2024

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos termos das tabelas abaixo:

ITEM Nº	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL TOTAL
1	1627	Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ	Serviço	1	R\$ 637.638,60	R\$ 637.638,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 637.638,60

O serviço consiste na reforma do edifício com 7 pavimentos, mais subsolo, para renovação e adaptação de layout e instalações da nova sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, situado na Praça Tiradentes 50, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

1.

As ações a serem implementadas contemplam: Pintura de paredes e tetos, pintura das fachadas, troca de pisos vinílicos, laminados e rodapés de madeira, aplicação de porcelanato na recepção, impermeabilização de cobertura e troca de telhamento, ajustes de forros em drywall, pintura de portas corta fogo, impermeabilização de áreas molhadas e pintura de piso para estacionamento no subsolo.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Setor de Administração

ANDERSON PINHEIRO ALVES BRASILEIRO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1.

### Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1.

1.1.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Termo de Referência.

A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta contratação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

1.

1.1.

1.1.1.

1.1.1.1. Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;

1.1.1.2. Endereço completo;

1.1.1.3. Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados; e

1.1.1.4. Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

1.

1.1.

No caso de atestados fornecidos por empresa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

1.

1.1.

Em ações realizadas no mês de setembro de 2024, no prédio localizado na Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, foi identificado diversos pontos de atenção, que necessitam de reformas.

Foi identificado a necessidade de pintura das paredes e tetos de todos os andares do prédio, bem como a pintura das fachadas laterais e das portas corta fogo.

A substituição de toda a estrutura do telhado, etndo em vista que foi identificado varias falhas que podem incorrer em infiltrações.

Será necessário a troca dos pisos laminados por vinílicos nos andares 2 ao 6, tendo e vista as péssimas condições que se encontram, e a substituição por piso de porcelanato no térreo, para melhor uso da recepção do CRF-RJ.

Ligado a troca dos pisos, deverá também ser realizado a substituição dos rodapés, uma vez que enconram-se deteriorados e alguns corroidos por cupins.

Foi identicado que o forro do teto do térreo e dos andares 1, 2 e 3 necessitam ser substituídos, pois apresenta falhas e em alguns casos, ausência de placas.

Quanto ao subsolo, que irá abrigar o estacionamento do CRF-RJ, por não haver nenhuma sinalização, será necessário a a pintura demarcatória das vagas, bem como a sinalização pertinente.

Considerando a troca da estrutura do telhado, e o telhado e a troca dos pisos e rodapés, bem com a identificação da necessidade de alguns banheiros, será enecessário também a realização de impermeabilização das areas que ocorrerão os serviços, inclusive das lajes da cobertura e das marquises.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.
  - 1.1.
    - 1.1.1.
      - 1.1.1.1. Reforço de 70,02m<sup>2</sup> de emboço com impermeabilização;
      - 1.1.1.2. Troca de 1.010,48m<sup>2</sup> de piso laminado por piso vinílico;
      - 1.1.1.3. Substituição de 167,54m<sup>2</sup> de telhado e estrutura;
      - 1.1.1.4. Pintura de 4.782,13m<sup>2</sup> de superfície (parede e teto);
      - 1.1.1.5. Substituição de 261,51m<sup>2</sup> de forro (fixo e móvel);
      - 1.1.1.6. Pintura de 1.045,18m<sup>2</sup> das fachadas laterais;
      - 1.1.1.7. Impermeabilização de 18 ralos e reforço de 275,61m<sup>2</sup> de rejunte/piso;
      - 1.1.1.8. Pintura epóxi para 174,33m<sup>2</sup> de estacionamento e acesso;
      - 1.1.1.9. Substituição de 697,39m de rodapés de madeira;
      - 1.1.1.10. Pintura de 15 portas corta fogo;
      - 1.1.1.11. Impermeabilização de 259,36m<sup>2</sup> de laje (cobertura e marquises);
      - 1.1.1.12. Aplicação de 109,25m<sup>2</sup> de porcelanato na nova recepção do Conselho.

1.
  - 1.1.
    - 1.1.1.

Para efeito de cumprimento das etapas, entregas e prazos previstos neste Termo de Referência, deve ser considerado o calendário da cidade do Rio de Janeiro, para controle dos dias úteis.

1.
  - 1.1.

O Projeto Básico fornecerá todas as informações quanto à execução dos serviços.

1.

1.1.

Os serviços deveram ser realizados no endereço: Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.

O projeto EXECUTIVO ficara a cargo da CONTRATADA, devendo ser aprovados em órgãos ou concessionárias competentes e submetidos e aprovados previamente pelo CRF-RJ, contemplando os serviços abaixo:

1.

1.1.

- 1.1.1. Pintura de paredes e tetos;
- 1.1.2. troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira;
- 1.1.3. aplicação de porcelanato na recepção;
- 1.1.4. impermeabilização de cobertura e troca de telhamento;
- 1.1.5. ajustes de forros em drywall;
- 1.1.6. pintura de portas corta fogo;
- 1.1.7. impermeabilização de áreas molhadas e
- 1.1.8. pintura de piso para estacionamento no subsolo.
- 1.1.9. Pintura das faixadas

## 5. Levantamento de Mercado

1.

Os valores de referência foram obtidos através da Tabela RJ-SINAPI - AGOSTO/2024, conforme Planilha Orçamentária Referência em Anexo.

## 6. Descrição da solução como um todo

1.

O serviço consiste na reforma do edifício com 6 pavimentos, mais subsolo, para renovação e adaptação de layout e instalações da nova sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, situado na Praça Tiradentes 50, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

1.

As ações a serem implementadas contemplam: Pintura de paredes e tetos, pintura das fachadas, troca de pisos vinílicos, laminados e rodapés de madeira, aplicação de porcelanato na recepção, impermeabilização de cobertura e troca de telhamento, ajustes de forros em drywall, pintura de portas corta fogo, impermeabilização de áreas molhadas e pintura de piso para estacionamento no subsolo.

1.

A contratação se dará por meio de Pregão, na sua forma Eletrônica, na forma da Lei nº 14.133/2021.

1.

O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, tendo em vista que envolvem soluções padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação dos bens imóveis, com preservação das características originais. Assim sendo, classificamos o presente objeto como Serviço Comum de Engenharia, com base no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.

A adjudicação do objeto será realizada pelo critério do Menor Preço Global.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1.

1.

A quantidade estimada dos serviços é a Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.

O objetivo é colocar o prédio em condições operacionais, com todas as regularizações exigidas em validade, criando uma nova identidade funcional e possibilitando a mudança da Sede do CRF/RJ.

1.

As reformas também visam manter a integridade estrutural do Prédio, evitando também a desvalorização do Bem Patrimonial.

1.

A identificação das necessidades da reforma encontram-se no item 4.1.6 ao 4.1.13, e a solução é a realização dos serviços descritos no item 4.1.14.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 637.638,60

1.

Os valores estimados tiveram como referência a Tabela RJ-SINAPI - AGOSTO/2024, conforme Planilha Orçamentária Referência em Anexo.

1.

Os valores considerados são aqueles Desonerados, com BDI de 20,34%.

1.

Estimativa de valores para a contratação:

ITEM Nº	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1627	Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ	Serviço	1	R\$ 637.638,60	R\$ 637.638,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 637.638,60

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1.

Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista que a melhor opção é a contratação de uma única a empresa executar todo o serviço, mantendo o padrão das areas a serem reformadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1.

Não haverá contratações correlatas ou interdependentes, pois a Contratada deverá arcar com todo o serviço necessário.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1.

A referida contratação não foi planejada para o ano de 2024, e correrá sob a rubrica: 6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Obras e Instalações, conforme documento de Disponibilidade Orçamentária pertencente ao processo da contratação.

1.

Devido o CRF-RJ ser um "Órgão Não SISG", não havia a obrigatoriedade de uso do PGC para o planejamento e controle de suas contratações.

1.

Com a revogação da Lei nº 8.666/1993, e com a obrigatoriedade do uso da Lei nº 14.133/2021 para os contratos na administração pública, tornou-se obrigatória a elaboração do PAC e PGC para o planejamento e controle de suas contratações da autarquia.

1.

Sendo assim, o CRF-RJ encontra-se atualmente elaborando o seu PAC, para que o mesmo possa utilizar o sistema PGC, conforme determinado através do Anexo I - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento, deste Estudo Técnico Preliminar

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1.

1.

A contratação dos serviços de reforma, visa atender as necessidades identificadas preliminarmente pela Comissão constituída pela Portaria nº 1944/2024, considerando o extrato da Ata da 1381ª Reunião Deliberativa da Diretoria do CRF/RJ, que ao realizar visitas primárias ao imóvel que abrigará a Nova Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ, identificou a necessidade da realização de reformas em todos os andares.

1.

Com base nessa visitia e outras mais realizadas, o Engenheiro deste CRF-RJ, contatado para este fim, iniciou os trabalhos de levantamento das reformas a serem realizadas em setembro do ano corrente, o qual vem a ser substanciado neste estudo no item 4.1.6 ao 4.1.13, indicando os serviços a serem realizados no item 4.1.14, conforme relatório constante em fls. 16 e 17 do processo administrativo nº 053/2024.

1.

Busca-se colocar o prédio em condições operacionais, com todas as regularizações exigidas em validade, criando uma nova identidade funcional e possibilitando a mudança da Sede do CRF/RJ.

1.

E ainda, manter a integridade estrutural do Prédio, evitando também, e principalmente, a desvalorização do Bem Patrimonial.



1.

Com a mudança dos serviços realizados para essa Nova Sede, serem eliminados os gastos duplos com manutenção e conservação de dois imóveis (Sede antiga e nova), o que ocorre atualmente.

1.

Dessa forma, atende-se aos princípios da eficácia, economicidade, da supremacia do interesse público, da razoabilidade e proporcionalidade.

### 13. Providências a serem Adotadas

1.

Realizar por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sendo classificado o presente objeto como Serviço Comum de Engenharia, com base no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

1.

Visando atender à Instrução Normativa nº01/2020 – MPOG/SLTI, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

1.

1.1.

- 1.1.1. A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;
- 1.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;
- 1.1.3. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicas pelas Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo.

1.

Para a prestação dos serviços gráficos, objetos da presente contratação, são utilizados diversos produtos químicos, considerados tóxicos, dessa forma, geram resíduos/rejeitos após suas execuções, os quais pelas suas características, necessitam de adequados tratamentos quanto às destinações, a serem realizados pelas empresas do ramo, tendo em vista a minimizar os impactos ambientais.

1.

Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

- 1.
  - 1.1.
    - 1.1.1. Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

- 1.
  - 1.1.
    - 1.1.1. Procedimento: “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.”

- 1.

Deverão ser respeitadas também as normas previstas no artigo 45 da Lei nº 14.133/2021.

- 1.

O termo de referência apresentará maior detalhamento quanto às medidas contra possíveis impactos ambientais

15. Análise de Riscos

Risco 1: Falta de Recursos Orçamentários para Contratação do Objeto.

Probabilidade: [X] Baixa [ ] Média [ ] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Falta de recursos orçamentários para a contratação.	Não realização das reformas pretendidas	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Reserva ou realocação de recursos orçamentários e financeiros pelo gestor do orçamento do CRF-RJ.	Setor de Administração em conjunto com o Setor Financeiro do CRF-RJ.	Até o início dos Procedimento licitatórios.

Risco 2: Ausência de Fornecedores Habilitados para o Fornecimento do Serviço, Objeto da Contratação. Probabilidade: [ ] Baixa [X] Média [ ] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Atraso ou não efetivação da contratação.	Necessidade de refazer os procedimentos licitatórios.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Análise das condições do mercado e, se for o caso, mudança dos requisitos do objeto, com o objetivo de ampliar o leque de possíveis fornecedores, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades do setor demandante.	Setor de Administração do CRFRJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

Risco 3: Descumprimento Contratual Grave ou Inexecução. Probabilidade: [ ] Baixa [X] Média [ ] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Não efetivação da prestação do serviço, objeto desta contratação.	Não realização das reformas pretendidas, e consequentemente, não mudança da Sede.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
	Inclusão de penalidades e condições de habilitação que reduzam as chances de que a contratação seja realizada com empresas inidôneas ou incapazes de atender às necessidades na fase de execução contratual.		

1		Setor de Administração do CRF-RJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.
2	Estudo de aquisições e contratações similares e adequação a necessidade do CRF-RJ.	Setor de Administração em conjunto com o Setor de RH do CRFRJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

1.

Tendo em vista que o mercado apresenta a mesma solução para a contratação em questão e que os demais itens necessários estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente, esta equipe de elaboração de ETP opina pela viabilidade da contratação, tendo em vista necessidade na execução dos serviços que visam a reforma do imóvel a ser utilizado como a Nova Sede do CRF-RJ

1.

A falta de alinhamento do PAC ao programa PGC está devidamente justificada no **Anexo – Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**, presente neste documento, conforme parecer jurídico e aceite da Diretoria desta entidade.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON PINHEIRO ALVES BRASILEIRO

Engenheiro



Assinou eletronicamente em 08/10/2024 às 13:08:21.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Portaria nº 1847\_2024 - Nomeia a Presidente em Exercício.pdf (510.54 KB)
- Anexo II - Portaria nº 1813\_2024 - Nomeia Empregados Públicos.pdf (827.16 KB)
- Anexo III - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento.pdf (2.36 MB)
- Anexo IV - Portaria 2005.24 - Nomear de Gestor e Fiscais de Contrato P.A. nº 053.2024, ref Pregão Elet nº 010.2024 - Contratação de empresa.pdf (628.77 KB)

**Anexo I - Portaria nº 1847\_2024 - Nomeia a Presidente em  
Exercício.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

## **PORTARIA Nº 1847/2024**

*Ementa: Estabelece licença temporária do Cargo da Presidência e mandato de conselheiro e outras providências.*

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** - CRF-RJ, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a natureza jurídica autárquica do CRF-RJ, definida pela Lei 3820/60, e a decisão proferida na Adin 1717-6 DF pelo STF;

**CONSIDERANDO** os termos do artigo 28 da Deliberação nº 2.334, de 29 de julho de 2020 e Deliberação Resolução Nº 659 de 28 de setembro de 2018;

**CONSIDERANDO** a decisão administrativa em 26 de Março de 2024;

**CONSIDERANDO** os termos da Lei 9504/97;

### **RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Pela licença temporária do Dr. Camilo Antônio Alves de Carvalho do cargo da Presidência e do mandato de conselheiro pelo período de 29 de Março de 2024 à 01 de Dezembro de 2024;

**Parágrafo único:** A licença atende à norma eleitoral vigente (Lei Complementar nº 64/1990), dando cumprimento ao prazo de desincompatibilização com objetivo fundamental para garantir a lisura do processo eleitoral e a igualdade de condições entre os candidatos, visto que o licenciado irá concorrer ao pleito eleitoral em 2024 para o cargo de Vereador do Município de Duque de Caxias - RJ.

**Artigo 2º** - Por ordem regimental previsto no artigo 32 Inciso I da Deliberação nº 2.334, de 29 de julho de 2020, fica o cargo ocupado em substituição temporária pela Vice-Presidente Luzimar Gualter Pessanha.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

**Artigo 3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'C' grande e decorativa.

**Camilo Antonio Alves de Carvalho**  
**Presidente – CRF-RJ**



**Anexo II - Portaria nº 1813\_2024 - Nomeia Empregados  
Públicos.pdf**



**PORTARIA N° 1813/2024**

***Ementa:*** Nomeia Empregados Públicos, conforme Deliberação nº3323/2024, encarregados das aquisições e contratações no âmbito da Lei 14.133/2021, Decreto 10.947/2022 e Decreto 11.246/2022.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições;

**CONSIDERANDO** a natureza jurídica Autárquica definida pela Lei 3820/60, e decisão proferida na Adin 1717-6 DF pelo STF;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover a legalidade das atribuições dos Agentes Públicos no Departamento de Licitações;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação à nova Lei de Licitações;

**DECIDE:**

**Artigo 1º** - Nomear os agentes públicos para o desempenho das funções abaixo descritas:

**§1º** - Agente de Contratação para Licitação na Modalidade Pregão (Pregoeiro):

I - Daniel Melo Jacques.

**§2º** - Agente de Contratação para Licitação na Modalidade Pregão (Pregoeiro Substituto):

I - Patrícia Maria dos Santos Silva.

**§3º** - Equipe de Apoio para Licitação na Modalidade Pregão (Fase Externa):

I - Elizabeth Zagni Schmied Gonzaga;

II - Eduardo Alberto Rodrigues Couto;



III - Patrícia Lima de Santana;

IV - Rosana da Graça Garrido Fernandes;

V - Jussara Abrantes Henrique;

VI - Patricia Rodrigues Monteiro.

**§ 4º** - Agente Público para Dispensa de Licitação e Inexigibilidade:

I - Daniel Melo Jacques;

II - Eduardo Alberto Rodrigues Couto;

III - Patricia Rodrigues Monteiro.

**§5º** - Agente Público para Divulgação dos Contratos no PNCP:

I - Daniel Melo Jacques;

II-Eduardo Alberto Rodrigues Couto;

III - Patricia Rodrigues Monteiro.

**§6º** - Agente Público para Consolidação do PCA (Setor de Contratações):

I- Ivaldo dos Santos.

**§7º** - Agente Público para Requisição de Demanda:

I - Marcos Antonio dos Santos Alves;

II - Cristiane Lucas D' Oliveira Ferreira;

III - Patrícia Garcia Salles;

IV - Rogério Alves da Silva;

V - José Pereira da Costa;

VI - Rosiléia de Souza Dantas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ**

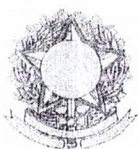
- VII - Wagner Nascimento Guimarães;
- VIII - Luana Monteiro Lopes Da Costa;
- IX - Patrícia Mendes Vital Brazil;
- X - Morena Alves de Farias Wyler;
- XI - Elizabeth Zagni Schmied Gonzaga;
- XII - Marcos de Castro Martins da Silva;
- XIII - Gabriella Gonçalves Sotelo Ramis;
- XIV - Sônia Regina Ferreira Rocha;
- XV - Jussara Abrantes Henrique;
- XVI - Alexis Marinho Pinna;
- XVII - Danielle Garrão Augusto;
- XVIII - Mayara Batista Padilha Santos.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2024.

**Camilo Antonio Alves de Carvalho**  
**Presidente**

## **Anexo III - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento.pdf**



DESPACHO PRESIDENTE:

Acolho integralmente o parecer jurídico apresentado, devendo o Agente Público para Consolidação do PCA estabelecer o cronograma de transição e implantação junto aos Setores demandantes e seus agentes nomeados na Portaria. No início das contratações com base na nova Lei, necessário que todas as etapas das contratações sejam publicadas no Plano Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais instrumentos legalmente previstos, e, nos casos em que os sistemas mencionarem algo sobre o PCA e o PGC, apresentar os termos da justificativa consolidada e do cronograma de implantação do Plano.

Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 2024.

**Camilo Carvalho**  
Presidente  
CRF-RJ

**CAMILO ANTÔNIO ALVES DE CARVALHO**

*Presidente*

CONSULTE NA HOME PAGE: PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS0

**SEDE**

Rua Afonso Pena, 115 - Tijuca - CEP 20270-244 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 3872-9200 Fax: (21) 2254-0331 - Home Page: [www.crf-rj.org.br](http://www.crf-rj.org.br)

**SECCIONAL DA REGIÃO SUL - CENTRO SUL FLUMINENSE**

Rua Dario Aragão, 1351 - salas 630/631 - Centro - CEP 27330-020 - Barra Mansa - RJ. Telefax: (24) 3323-5756

**SECCIONAL DA REGIÃO NORTE - NOROESTE FLUMINENSE**

Rua Marechal Deodoro, 126 - salas 3/4 - Pq São Benedito - CEP 28010-280 - Campos dos Goytacazes - RJ. Telefax: (22) 2723-3203

**SECCIONAL DA REGIÃO SERRANA**

Rua Portugal, nº 40 - salas 101/103 - Centro - CEP 28610-135 - Nova Friburgo - RJ. Tel.: (22) 2523-5252



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

De Serviço Jurídico  
Para Diretoria

PARECER JURÍDICO Nº 163/2023

Necessidade de adesão ao sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e elaboração do Plano de contratações anual. Lei 14.133/2011.

Trata-se de parecer acerca da necessidade de o Conselho Regional de Farmácia (CRF-RJ) elaborar o Plano de Contratações Anual e utilizar o sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), ambos previstos no Decreto-lei nº 10.947/2022.

Em pareceres jurídicos anteriormente lavrados, sob a égide da Lei 8.666/1993, houve o entendimento de que não haveria obrigatoriedade da utilização do sistema e ferramenta supramencionados pelo CRF-RJ, já que apesar de autarquia federal, não integra o Sistema de Serviços Gerais – SISG e a IN nº 40/2020 trazia a previsão de que nesses casos, a utilização destes seria facultativa.

Atualmente, com a iminência da realização de contratações por meio da Lei 14.133/2021, a mesma dúvida voltou a ser aventada.

Feito breve relatório, passo a opinar.

Inicialmente, ressalta-se que o CRF-RJ é autarquia federal, criada pela lei 3.820, de 11/11/1960 e dotada de personalidade jurídica de direito público, exercendo atividade delegada, típica de Estado, qual seja, a fiscalização do exercício da profissão de farmacêutico. Para o desempenho de tal atividade, é imbuído de poder de polícia, arrecada contribuições parafiscais e é submetido ao controle do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no artigo 70, da Constituição Federal, devendo suas cobranças judiciais serem submetidas aos preceitos da Lei 6.830, de 22/09/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Tem como objetivo precípuo zelar pelo correto exercício da atividade da farmácia e resguardar o direito fundamental à saúde, através da verificação da presença do profissional farmacêutico em todos os seus âmbitos de atuação, conforme estabelecido do Decreto 85.878/71.

Com relação aos sistemas objeto de questionamento, destacamos as definições trazidas pelo site “compras.gov.br”:

“O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, instituído pelo art. 7º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Sua finalidade é integrar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O Siasg é o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sisg. O Sistema inclui:

Rua Afonso Pena, 115 - Tijuca - CEP 20270-244 - Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 3872-9200 Fax: (21) 2254-0331

Home Page: [www.crf-rj.org.br](http://www.crf-rj.org.br)

163





- Divulgação e a realização das licitações;
- Emissão de notas de empenho;
- Registro dos contratos administrativos;
- Catalogação de materiais e serviços;
- Cadastro de fornecedores.

Os órgãos que não integram o SISG podem utilizar o SIASG, integralmente ou em módulos específicos, por meio de adesão formal para uso do sistema, mediante assinatura de termo de adesão.

Atualmente o sistema Compras.gov.br conta com um escopo já ampliado das demais etapas do ciclo de vida da compra pública. Apesar de estar ainda em evolução, já conta com alguns novos subsistemas: planejamento institucional e anual de compras (PGC); primeiro módulo da fase interna e preparatória das licitações (ETP Digital); gestão e fiscalização contratual (Compras Contratos); nova sala de disputa de licitações para usuário fornecedor totalmente reestruturada e um aplicativo mobile que possibilita acesso facilitado a oportunidades de venda para o Governo.

(...)”<sup>1</sup>

“PGC - Planejamento e gerenciamento de contratações

O sistema PGC é uma ferramenta eletrônica que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos Estudos preliminares e Gerenciamento de riscos.

A ferramenta permite a elaboração do Plano Anual de Contratações, por meio de módulos de preenchimento simplificado, estruturando as informações relativas ao planejamento das contratações públicas dos órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Com a elaboração dos Planos Anuais de Contratações, os órgãos e entidades da Administração Pública aperfeiçoarão a governança e a gestão de suas contratações, possibilitando a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos. Além disso, os Planos Anuais de Contratações possibilitarão a articulação do planejamento das contratações com a proposta orçamentária; a aderência das contratações com o planejamento estratégico da organização; bem como o uso estratégico das compras públicas, dentre outros.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/compras/compras>

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sistema-de-planejamento-e-gerenciamento-de-contratacoes>

10/1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

Ademais, para corroborar com o entendimento acima mencionado, de que o CRF/RJ é órgão não SISG e, por isso, não está obrigado a usar o sistema PGC, cabe mencionar o parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 1.094/1994, o qual “dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências”:

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.

Com relação à Lei 14.133/2021, cabe ressaltar que esta não altera a compreensão de que os Conselhos de Fiscalização Profissional são órgãos não SISG. A única alteração significativa trazida pela nova lei neste assunto é a mudança de nomenclatura de Plano Anual de Contratações (PAC) para Plano de Contratações Anual (PCA), mas o conceito do referido documento é o mesmo. Portanto, ainda pairam dúvidas acerca da utilização do sistema PGC e elaboração do PCA.

Ao fazer uma interpretação sistemática da supramencionada lei, verifica-se que nos seus principais objetivos constam o planejamento (incluído como princípio das licitações) e a governança. Um dos instrumentos de governança das contratações previstos é o Plano de Contratações Anual, o qual deverá ser inserido no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, ambos regulamentados pelo Decreto-lei nº 10.947/2022.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:  
(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ

competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Diante do exposto, não se vislumbra outra possibilidade legalmente aceita, a não ser o CRF/RJ iniciar, com urgência, a elaboração do PCA, normatizando internamente a forma de sua elaboração, com previsão de regras de transição e outras que entender pertinentes, antes de realizar as contratações com base na Lei 14.133/21.

Entretanto, tendo em vista que apesar da notória obrigatoriedade de elaboração do PCA e sua inserção no PGC, as contratações deste Conselho não podem parar, sob pena de inviabilizar sua atividade fim. Nesse caso, quando do início das contratações com fulcro na Nova Lei, opina-se no sentido de que todas as etapas das contratações sejam publicadas no Plano Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais instrumentos legalmente previstos, e, nos casos em que os sistemas mencionarem algo sobre o PCA e o PGC, utilizar a justificativa de que o Plano encontra-se em fase de elaboração.

É o que se apresenta. À consideração superior.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2023.

  
Ingrid Louise Garcia Teixeira  
Advogada – OAB/RJ 176.907  
Serviço Jurídico CRF/RJ

**Anexo IV - Portaria 2005.24 - Nomear de Gestor e Fiscais de  
Contrato P.A. nº 053.2024, ref Pregão Elet nº 010.2024 -  
Contratação de empresa.pdf**



**PORTARIA Nº 2005/2024**

***Ementa:*** Nomear Gestor e Fiscais de Contrato para o P.A. nº 053/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024 que trata da Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro - RJ.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhes são atribuídas pela Lei nº 3.820 de 11 de Novembro de 1960;

**CONSIDERANDO** a natureza jurídica Autárquica definida pela Lei 3820/60, e decisão proferida na Adin 1717-6 DF pelo STF;

**CONSIDERANDO** o controle do Tribunal de Contas em face dos Conselhos de Fiscalização Profissional;

**CONSIDERANDO** a incidência da Lei 14.133/2021, e legislação complementar aos contratos firmados por este CRFRJ;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fiscalização de todos os Contratos, com a finalidade de controle e atendimento ao interesse público;

**CONSIDERANDO** os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade Publicidade e Eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear o colaborador, João Cassimiro Araújo, para atuar como gestor de Contrato para o Processo Administrativo nº 053/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2024 que trata da Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

**Artigo 2º** - Nomear como Fiscais de contrato, a que se refere o Artigo 1º, os seguintes colaboradores abaixo em seus respectivos locais:

Fiscal Técnico: Anderson Pinheiro Alves Brasileiro

Fiscal Administrativo: Romulo Ferreira da Silva





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ



Conselho  
Federal de  
Farmácia

**Artigo 3º** - O gestor e os fiscais deverão observar as suas atribuições contidas no Guia para Gestores e Fiscais de contratos.

**Artigo 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024.

**Luzimar Gualter Pessanha**  
**Presidente em Exercício**

## **Anexo II - Termo de Contrato - Reforma.pdf**

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO**



**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA**  
**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRF-RJ**

(Processo Administrativo nº 053/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2024, QUE FAZEM  
ENTRE SI CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ E .....

**O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF-RJ**, com sede na Rua Afonso Pena, 115, Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 33.661.414/0001-10, neste ato representado pela Presidente em Exercício LUZIMAR GUALTER PESSANHA, nomeada pela Portaria nº 1847/2024, de 28 de março de 2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 053/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. 010/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

## 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ	1627	Serviço	1		

## 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021..
- 2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e no Projeto Básico, anexo a este Contrato.
- 3.2. O imóvel encontra-se desocupado, não havendo providências a serem adotadas antes do início da execução dos serviços.



**MATRIZ DE RISCO:**

3.2.1. *Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:*

- 3.2.1.1. *Alterações no PROJETO inicialmente contratado, por solicitação da Contratante ou fato superveniente não previsto na matriz de risco;*
- 3.2.1.2. *Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos índices de reajuste contratual ou altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico financeiro;*
- 3.2.1.3. *Risco de inadimplência da Contratante;*
- 3.2.1.4. *Impossibilidade de início da reforma, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições de responsabilidade da Contratante (regularidade da matrícula, impossibilidade de liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço não previsto em contrato, interferências com outras atividades, etc.).*

3.2.2. *Constituem riscos a serem suportados pela contratada:*

- 3.2.2.1. *A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente;*
- 3.2.2.2. *Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais;*
- 3.2.2.3. *Descumprimento das especificações para contratação de projetos e memorial descritivo de materiais, ou em desconformidade com normas técnicas aplicáveis à presente contratação;*
- 3.2.2.4. *Descumprimento de condicionantes previstas nas licenças ambientais e/ou legislações ambientais;*
- 3.2.2.5. *Atrasos na execução da reforma ou custos adicionais por retrabalho ou refazimento de serviços, devido a falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, projetos executivos, especificações ou memoriais que compõe a contratação, incluindo compatibilização dos projetos, dimensionamentos da superestrutura, fundações ou outros sistemas construtivos;*
- 3.2.2.6. *Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com os projetos básicos e executivos aprovados pelo CRF-RJ ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes;*
- 3.2.2.7. *Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços;*
- 3.2.2.8. *Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução da reforma;*
- 3.2.2.9. *Atrasos na execução da reforma decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais causados por chuvas extraordinárias conforme critério estabelecido no Anexo do Edital;*
- 3.2.2.10. *Alta ordinária nos preços de insumos que compõe os serviços necessários à execução do contrato, até o limite estabelecido na legislação;*

3.2.2.11. *Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada;*

3.2.2.12. *Precisão dos dados do projeto relativos aos percentuais estimativos de orçamento a serem respeitados na fase contratual, que acarretem em custos financeiros adicionais pelo valor fixado para os desembolsos previstos na medição das etapas ou necessidade de alteração dos percentuais previstos.*

3.2.3. *Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção que couber a cada um:*

3.2.3.1. *Danos, manifestações patológicas, comprometimento da capacidade técnica ou desempenho e funcionalidade da edificação em decorrência de projetos com desvios das normas, boas práticas de engenharia ou das especificações do contratante;*

3.2.3.2. *Constatação na fase de projeto básico, executivo ou de execução da reforma de característica geotécnica da área onde será executada a reforma, divergente daquele que consta nos elementos técnicos do anteprojeto da licitação;*

3.2.3.3. *Atrasos na execução do contrato causados exclusivamente pela morosidade dos órgãos competentes na análise e aprovação de projetos e emissão de licenças (Aprovação junto a Prefeituras, Concessionárias de água, esgoto e energia elétrica, licenças ambientais, aprovações no Corpo de Bombeiros, obtenção de alvarás de construção, entre outras);*

3.2.3.4. *Atraso na execução da reforma e prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da reforma ou outros decorrentes de fenômenos climáticos;*

3.2.3.5. *Ocorrência de roubos e furtos na reforma;*

3.2.3.6. *Atrasos na execução da reforma decorrentes de escassez de materiais e insumos disponíveis no mercado;*

3.2.3.7. *Risco de ocorrerem eventos na reforma que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos;*

3.2.3.8. *Inadequação dos serviços na qualidade, quantidade e custo.*

3.3. A Matriz de Riscos possui maiores informações, sendo parte integrante do Termo de referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados, conforme o cronograma físico-financeiro anexo ao Termo de Referência.*

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês Agosto do ano de 2024.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. *Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando for o caso;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do CRF-RJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 8.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. *Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*
- a) *"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
- 8.18. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*
- 8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
  - 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as

obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. *Realizar os serviços no seguinte local: Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro - RJ*
- 9.25. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, caso seja necessário;*

- 9.26. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*
- 9.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.36. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.38. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.40. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - c) florestas plantadas; e
  - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.



9.41. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.42.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.



9.42.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1.

9.43.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.44. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.48. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:*

9.48.1. pintura de paredes e tetos;

9.48.2. troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira;

9.48.3. aplicação de porcelanato na recepção;

- 9.48.4. impermeabilização de cobertura e troca de telhamento;
- 9.48.5. ajustes de forros em drywall;
- 9.48.6. pintura de portas corta fogo;
- 9.48.7. impermeabilização de áreas molhadas e
- 9.48.8. pintura de piso para estacionamento no subsolo.
- 9.48.9. Pintura de fachadas
- 9.48.10. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas no projeto básico constantes no Termo de Referência e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.*

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).
- 11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:
- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
  - b) Acompanhar a execução do contrato principal.
  - c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
  - d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.
- 11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.
- 11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:
- a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segura indicada na apólice.
  - b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segura indicada na apólice.
- 11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 11.3. O seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

- 11.6. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 11.7. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*
- 11.7.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
  - 11.7.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
  - 11.7.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*
- 11.8. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.*
- 11.9. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 11.10. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*
- 11.11. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 11.12. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 11.13. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.*
- 11.14. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 11.14.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*
  - 11.14.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*
- 11.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*
- 11.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 11.17. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

- 11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 11.20. Deverá ainda, ser fornecida a garantia de 12 (doze) meses para os serviços prestados, bem como do material utilizado, a fim de garantir a qualidade da execução do objeto contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - iv) **Multa:**
    - (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias
    - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
      - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*
- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
  - b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 13.5.3. Indenizações e multas.
- 13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

- 14.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta contratação correrá à conta de rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Obras e Instalações, do orçamento de 2024.
- 14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024.*

---

Representante legal do CONTRATANTE  
Dra. Luzimar Gualter Pessanha  
Presidente em Exercício do CRF-RJ

---

Representante legal do CONTRATADO

.....  
.....

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**Anexo III - DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE  
DEMANDA.pdf**



**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

<b>Órgão: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro</b>	
<b>Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):</b> Administração	
<b>Responsável pela Demanda:</b> Anderson Pinheiro Alves Brasileiro	
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:anderson.brasileiro@crf-rj.org.br">anderson.brasileiro@crf-rj.org.br</a>	<b>Telefone:</b> (21) 3872-9200

**1. Justificativa da necessidade da contratação se serviço terceirizado ou objeto a ser adquirido.**

- 1.1. A Comissão para análise, estudos e projetos relacionados ao espaço físico da futura Sede do CRF/RJ, situada na Praça Tiradentes nº. 50 – Centro do Rio de Janeiro, constituída pela Portaria nº 1944/2024, considerando o extrato da Ata da 1381ª Reunião Deliberativa da Diretoria do CRF/RJ, realizou visitas primárias ao imóvel que abrigará a Nova Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ, sendo identificando a necessidade da realização de reformas em todos os andares.
- 1.2. Ressalte-se que o CRF/RJ atualmente não possui profissionais técnicos para os serviços desejados, tendo em vista não ser da natureza deste Conselho a profissão de Engenheiro e Arquiteto.
- 1.3. Com base nessas informações iniciais, se faz necessário a abertura de procedimento licitatório, para realização dos Estudos Preliminares, visando a contratação de uma empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.
- 1.4. O objetivo é colocar o prédio em condições operacionais, com todas as regularizações exigidas em validade, criando uma nova identidade funcional e possibilitando a mudança da Sede do CRF/RJ.
- 1.5. As reformas também visam manter a integridade estrutural do Prédio, evitando também a desvalorização do Bem Patrimonial.
- 1.6. E ainda, eliminar os gastos duplos com manutenção e conservação de dois imóveis (Sede antiga e nova), o que ocorre atualmente.
- 1.7. Nesse sentido, se faz necessário à contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

**2. Quantidade de serviço/objeto a ser adquirido.**

- 2.1 A quantidade estimada dos serviços é a contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ.



**3. Indicação do membro da equipe de planejamento, responsável por dar apoio ao setor de administração, bem como indicação do responsável pela fiscalização/aceite do serviço/objeto a ser adquirido.**

Gestor (a) de Contrato: João Cassimiro Araujo  
Fiscal Técnico: Anderson Pinheiro Alves Brasileiro  
Fiscal Administrativo: Romulo Ferreira da Silva

**4. Enumeração da legislação aplicável ao objeto a ser contratado.**

4.1. Não se aplica.

**5. Descrição dos requisitos da contratação, com a enumeração das características do serviço/objeto, e a respectiva legislação enumerada no item anterior (quando aplicável).**

5.1. Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, conforme condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência, bem como nos Estudos Técnicos Preliminares, para a contratação.

5.3. Os serviços deverão ser executados pela Contratada, com dedicação exclusiva de mão de obra, obedecendo ao disposto na INSLTI/MPOG nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes, e são classificados como serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

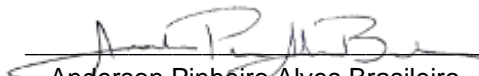
**6. Enumeração das possíveis falhas, bem como sua gravidade, classificada de em graus de 1 a 5, sendo 1 para baixa gravidade e 5 para alta gravidade.**

05 dias de atraso na entrega dos produtos: Grau 1.

10 dias de atraso na entrega dos produtos: Grau 3.

15 dias de atraso ou mais na entrega dos produtos: Grau 5.

Rio de janeiro, 20 de agosto de 2024.

  
Anderson Pinheiro Alves Brasileiro  
Assessor e Engenheiro do CRF-RJ

\_\_\_\_\_  
João Cassimiro Araujo  
Assessor CRF-RJ

## **Anexo IV - ART.pdf**



# ART Número: 2020240289017



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-RJ**

1ª Via - CONTRATADO

**ART de Obra ou Serviço  
2020240289017**

INICIAL  
INDIVIDUAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

## 1. Responsável Técnico

**ANDERSON PINHEIRO ALVES BRASILEIRO**

Título profissional:  
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2001313136

Registro: 2005101069

Empresa contratada:

Registro:

## 2. Dados do contrato

Contratante: CONSELHO ESTADUAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CPF/CNPJ: 33.661.414/0001-10

RUA AFONSO PENA

Bairro: TIJUCA

Nº: 115

Complemento:

UF: RJ

CEP: 20270244

Cidade: RIO DE JANEIRO

Contrato: -

Celebrado em: 20/09/2024

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Valor do Contrato: R\$ 3.500,00

## 3. Dados da Obra/Serviço

PRACA TIRADENTES

Bairro: CENTRO

Nº: 50

Complemento:

UF: RJ

CEP: 20060070

Cidade: RIO DE JANEIRO

Data de Início: 20/09/2024

Previsão de término: 31/01/2025

Coordenadas geográficas: -22,906996 -43,182827

Finalidade: OUTRO

Proprietário: CONSELHO ESTADUAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CPF/CNPJ: 33.661.414/0001-10

## 4. Atividade técnica

20 - ELABORACAO DE ORCAMENTO

Quantidade  
20.00

Unidade  
d

Pavimento  
6

42 - ORIENTACAO TECNICA

49 - PROJETO

60 - REFORMA

93 - IMPERMEABILIZACAO

94 - PINTURA

92 - LAY-OUT

139 - REVESTIMENTO

287 - OBRA CIVIL PÚBLICA

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

## 5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO REFERENCIAL, PROJETO BÁSICO E LAYOUT PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PÚBLICO PARA REFORMA DA NOVA SEDE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO.

## 6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, as atividades profissionais acima relacionadas.

## 7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SENGE

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 2024

ANDERSON PINHEIRO ALVES BRASILEIRO - 11219543756

CONSELHO ESTADUAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 33.661.414/0001-10

Valor ART: R\$ 99,64

Registrada em 20/09/2024

## 9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: [www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade](http://www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade)

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade](http://www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade).

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.crea-rj.org.br](http://www.crea-rj.org.br)  
Tel: (21) 2179-2007

[atendimento@crea-rj.org.br](mailto:atendimento@crea-rj.org.br)  
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor Pago R\$ 99,64

Nosso Número: 28078570002294024

**Anexo V - ANEXO memoria Descritivo.pdf**



## MEMORIAL DESCRITIVO

Execução de obras de reforma em edifício com 6 pavimentos mais subsolo, para renovação e adaptação de layout e instalações da nova sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, situado na Praça Tiradentes 50, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

As ações a serem implementares contemplam: Pintura de paredes e tetos, troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira, aplicação de porcelanato na recepção, impermeabilização de cobertura e troca de telhamento, ajustes de forros em drywall, pintura de portas corta fogo, impermeabilização de áreas molhadas e pintura de piso para estacionamento no subsolo.

## **Anexo VI - ANEXO Matriz de Alocacao Risco.pdf**





**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRF-RJ**

**MATRIZ DE ALOÇÃO DE RISCO**

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Materialização</b>	<b>Mitigação</b>	<b>Alocação</b>
Execução Contratual	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da reforma.	Nos termos da lei de licitações, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.  Aplicar as sanções previstas na contratação	-Contratada
Execução Contratual	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da reforma.	Aplicação das sanções previstas na contratação.	-Contratada
Execução Contratual	Impossibilidade de início da reforma, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições de responsabilidade da Contratante (regularidade da matrícula, impossibilidade de liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço não previsto em contrato, interferências com outras atividades, etc.).	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da reforma.	Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados.  Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência da contratada. Eventual pagamento de aditivos contratuais.	-Contratada

Execução Contratual	Alterações no PROJETO inicialmente contratada, por solicitação da Contratante ou fato superveniente não previsto na matriz de risco.	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto.  Atraso no prazo entrega da reforma.	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	-Contratante
Execução Contratual	Descumprimento das especificações para contratação de projetos e memorial descritivo de materiais, ou em desconformidade com normas técnicas aplicáveis à presente contratação	Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da reforma.	Reapresentação pela Contratada do projeto executivo e orçamentos, ou eventual refazimento de serviços ou reparos em reforma no caso da fase de execução iniciada. Ainda, aplicação de sanção administrativa prevista em contrato.	-Contratada
Execução Contratual	Danos, manifestações patológicas, comprometimento da capacidade técnica ou desempenho e funcionalidade da edificação em decorrência de projetos com desvios das normas, boas práticas de engenharia ou das especificações do contratante.	Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da reforma.	Contratada deve reparar em garantia ou ainda na fase de execução da reforma qualquer prejuízo à funcionalidade e qualidade do imóvel, incluso conforto visual e afins, sujeita a proposta e projeto de reparo à aprovação do CRF-RJ. Dever-se-á fornecer ao CRF-RJ projeto as built com essas alterações.	-Contratada  -Seguradora
Execução Contratual	Constatação na fase de projeto básico, executivo ou de execução da reforma de característica geotécnica da área onde será executada a reforma, divergente daquele que consta nos elementos técnicos do anteprojeto da licitação	Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da reforma.	Realização de glosas e aditivos pelo tipo de solução técnica adequada e devidamente justificada (técnica e economicamente) pela Contratada, desde que apresentados novos laudos técnicos de sondagem e estudos geotécnicos que demonstrem divergência considerável aos anexados no procedimento licitatório, realizados em quantidade e qualidade totalmente conforme às normas técnicas previstas nas normas técnicas correlatas	-Contratante  -Contratada

Execução Contratual	Atrasos na execução do contrato causados exclusivamente pela morosidade dos órgãos competentes na análise e aprovação de projetos e emissão de licenças (Aprovação junto a Prefeituras, Concessionárias de água, esgoto e energia elétrica, licenças ambientais, aprovações no Corpo de Bombeiros, obtenção de alvarás de construção, entre outras)	Aumento dos prazos inicialmente previstos para execução da reforma.	<p>Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência da contratada.</p> <p>Não serão pagos aditivos contratuais de administração local, mobilização ou desmobilização em função destes atrasos, seja esse atraso por culpa do Contratante ou das próprias Concessionárias.</p>	<p>-Contratante</p> <p>-Contratada</p>
Execução Contratual	Descumprimento de condicionantes previstas nas licenças ambientais e/ou legislações ambientais	Aumento dos prazos inicialmente previstos para execução da reforma, pagamento de multas ambientais, dano de imagem, custos adicionais ao contrato para implementação de ações mitigadoras.	<p>Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.</p> <p>Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.</p> <p>Em caso irregularidades, a Contratada deverá realizar os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes para regularização e mitigação dos danos ambientais. Eventuais multas aplicadas por órgãos ambientais, bem como os custos de ações mitigadoras serão assumidas pela Contratada.</p>	-Contratada
Execução Contratual	Atrasos na execução da reforma ou custos adicionais por retrabalho ou refazimento de serviços, devido a falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, projetos executivos, especificações ou	Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da reforma.	A Fiscalização Técnica do Contrato deve exigir a apresentação do relatório/laudo de certificação dos projetos executivos por parte dos responsáveis técnicos pela fase de execução da	-Contratada

	memoriais que compõe a contratação, incluindo compatibilização dos projetos, dimensionamentos da superestrutura, fundações ou outros sistemas construtivos.		reforma. Caso a Contratada venha requerer valores adicionais ou prorrogação de prazo de execução por retrabalho e necessidade de refazimento de serviços por quaisquer falhas nos projetos, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização	
Execução Contratual	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com os projetos básicos e executivos aprovados pelo CRF-RJ ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da reforma. Atrasos para conclusão da reforma decorrentes da necessidade de refazimento de serviços.	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.  Aplicação das sanções previstas na contratação.	-Contratada
Execução Contratual	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	Onerar a execução do objeto contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social. Demandas indenizatórias e de responsabilidade ocorrerão por conta da Contratada.	-Contratada
Execução Contratual	Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução da reforma.	Prejuízos ou danos causados a terceiros no decorrer da execução da reforma. Onerar a execução do contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	Em caso de acidentes, prejuízos ou danos a terceiros solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a comunicação do fato. Os custos deverão ser arcados pela Contratada, ou seguradora por ela contratada, sem qualquer prejuízo ou	-Contratada


			demanda ao Contratante.	
Execução Contratual	Atraso na execução da reforma e prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da reforma ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.	Atrasos na execução do objeto. Risco a ser alocado para a Contratante ou para a Contratada conforme indicado nas ações de contingência.	Solicitar que a Contratada providencie os reparos necessários para entrega do objeto nas condições inicialmente previstas na contratação, sem ônus ao Contratante. Conceder eventual solicitação de prorrogação de prazo, caso comprovado que não houve negligência da Contratada.	-Contratante -Contratada
Execução Contratual	Ocorrência de roubos e furtos na reforma.	Atrasos na execução, prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da reforma.	A Contratada arcará com a reposição dos materiais ou equipamentos subtraídos, sem ônus ao Contratante, podendo a seu critério acionar o seguro contratado.	-Contratada -Seguradora
Execução Contratual	Atrasos na execução da reforma decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais causados por chuvas extraordinárias conforme critério estabelecido no Anexo do Edital.	Atrasos na execução da reforma devido a chuvas ordinárias.	Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação apenas da vigência contratual.	-Contratada
Execução Contratual	Atrasos na execução da reforma decorrentes de escassez de materiais e insumos disponíveis no mercado.	Atrasos na entrega da reforma.	Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se os prazos indicados pelos fornecedores para entrega dos materiais preenchem os requisitos de excepcionalidade. Deverão ser apresentados pela Contratada documentos comprobatórios da emissão	-Contratante -Contratada

			de ordens de compra tempestivamente para o atendimento do cronograma físico-financeiro contratual. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação apenas da vigência contratual. Caso os requisitos não sejam atendidos, será imputado atraso injustificado à empresa Contratada.	
Execução Contratual	Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos índices de reajuste contratual ou altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico financeiro.	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da reforma. Aplicação de reequilíbrio econômico financeiro.	Analisar e deferir solicitações de reequilíbrio econômico financeiro relativas a alta extraordinária de preços dos insumos de materiais resultantes de fatos extraordinários devidamente comprovados, que impactem o contrato além dos percentuais de reajuste	-Contratante
Execução Contratual	Alta ordinária nos preços de insumos que compõe os serviços necessários à execução do contrato, até o limite estabelecido na legislação.	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da reforma, a serem absorvidos pela Contratada.	Caso a Contratada venha requerer valores de reequilíbrio econômico financeiro, será analisada a alta extraordinária conforme preconiza a legislação em vigor. Altas de preço ordinárias, serão de encargo da Contratada.	-Contratada
Execução Contratual	Risco de inadimplência da Contratante.	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, a Contratada poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja	Pagar a devida correção monetária.  Prorrogar prazo em função de paralisação da reforma pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas	-Contratante

		<p>normalizada a situação.</p> <p>Pagamento de correção monetária;</p> <p>Atrasos para entrega da reforma.</p>	adimplidas.	
Execução Contratual	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	<p>Atrasos para entrega da reforma.</p> <p>Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da reforma.</p> <p>Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente, impactando no cumprimento do planejamento plurianual do CRF-RJ.</p>	Realizar a contratação do remanescente da reforma, nos termos da lei de licitações.	-Contratada
Execução Contratual	Precisão dos dados do projeto relativos aos percentuais estimativos de orçamento a serem respeitados na fase contratual, que acarretem em custos financeiros adicionais pelo valor fixado para os desembolsos previstos na medição das etapas ou necessidade de alteração dos percentuais previstos.	Eventuais custos financeiros adicionais detectados na fase de elaboração do orçamento detalhado, após elaboração dos projetos básicos e executivos.	<p>As parcelas de desembolso previstas para cada grupo de serviço são fixas e deverão ser respeitadas na fase de elaboração de orçamento, salvo a estimativa do Anteprojeto não se confirmar quando da elaboração dos projetos básicos, executivos e orçamentos detalhados na fase de execução contratual, em percentual superior (grau de precisão) de 15%. Caso o percentual estimado no anteprojeto do custo total de uma etapa ou grupo de serviços (Exemplo: Movimento de terra, Locação da reforma, etc.) em relação ao valor global seja superior a 15% (grau de precisão), o valor de desembolso deste item pode ser reavaliado para fins de medição das etapas apenas, sem que em hipótese alguma se altere o</p>	-Contratada

			valor global da contratação estipulada na proposta comercial da empresa Contratada no momento da licitação. Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização.	
Execução Contratual	-Risco de ocorrerem eventos na reforma que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos	-Atraso no cronograma  -Aumento nos custos	Seguro de risco de Engenharia Comprovação da necessidade de prazo maior	-Contratada -Seguradora
Execução Contratual	Inadequação dos serviços na qualidade, quantidade e custo.	Aumento dos quantitativos e nos custos dos insumos e inadequação dos serviços.	Responsabilidade da solução de engenharia da contratada Contratação de seguro performance	Contratada Seguradora

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024.

  
 Anderson Pinheiro Alves Brasileiro  
 Assessor da Diretoria - Engenheiro



## **Anexo VII - ANEXO - Orcamento Referencial.pdf**



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL

OBRA: REFORMA PREDIAL DA NOVA SEDE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO  
REGIÃO/MÊS DE REF.: RJ - SINAPI - AGOSTO/2024

REGIÃO/MÊS DE REF.: RJ - SINAPI - AGOSTO/2024							BDI:		BDI:		
							20,34%		20,34%		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT - DESONERADO (R\$)	VALOR TOTAL DESONERADO (R\$)	PREÇO UNIT S/ DESONERAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL S/ DESONERAÇÃO (R\$)			
1 SERVIÇOS PRELIMINARES											
1.1 PLACAS											
1.1.1	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	2,88	R\$ 470,99	R\$ 1.356,45	R\$ 476,54	R\$ 1.372,44			
1.2 REMOÇÕES / DEMOLIÇÕES											
1.2.1	104791	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	70,02	R\$ 8,23	R\$ 576,26	R\$ 9,15	R\$ 640,68			
1.2.2	COMPOSIÇÃO	REMOÇÃO DE PISO LAMINADO	m²	1117,57	R\$ 7,41	R\$ 8.281,19	R\$ 8,22	R\$ 9.186,43			
1.2.3	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	7,75	R\$ 2,56	R\$ 19,84	R\$ 2,85	R\$ 22,09			
1.2.4	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	2,16	R\$ 9,17	R\$ 19,81	R\$ 10,21	R\$ 22,05			
1.2.5	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	0,3	R\$ 66,12	R\$ 19,84	R\$ 67,66	R\$ 20,30			
1.2.6	97647	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	182,54	R\$ 4,47	R\$ 815,95	R\$ 4,96	R\$ 905,40			
1.2.7	97650	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	59,54	R\$ 9,65	R\$ 574,56	R\$ 10,70	R\$ 637,08			
1.2.8	97655	REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	73,8	R\$ 40,33	R\$ 2.976,35	R\$ 42,74	R\$ 3.154,21			
1.2.9	CPDS 407096	RETIRADA DE MANTA ASFALTICA	m²	123	R\$ 10,84	R\$ 1.333,32	R\$ 12,03	R\$ 1.479,69			
1.2.10	COMPOSIÇÃO	REMOÇÃO DE ENTULHO DE OBRA EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	un.	12	R\$ 522,05	R\$ 6.264,60	R\$ 522,05	R\$ 6.264,60			
SUBTOTAL ITEM 1						R\$ 22.238,18	R\$ 23.704,96				
2 REVESTIMENTO E PINTURA											
2.1 PAREDES INTERNAS											
2.1.1	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	2600,14	R\$ 13,98	R\$ 36.349,96	R\$ 14,76	R\$ 38.378,07			
2.1.2	88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	734,53	R\$ 13,93	R\$ 10.232,00	R\$ 15,11	R\$ 11.098,75			
2.1.3	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	2550,75	R\$ 4,95	R\$ 12.626,21	R\$ 5,26	R\$ 13.416,95			
2.1.4	87536	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	100,57	R\$ 40,43	R\$ 4.066,05	R\$ 43,43	R\$ 4.367,76			
2.1.5	CPDS 003950	IMPERMEABILIZAÇÃO DE BASE ACRILICA FLEXIVEL	m²	100,57	R\$ 48,94	R\$ 4.921,90	R\$ 52,57	R\$ 5.286,96			
2.1.6	102208	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	m²	6,9	R\$ 9,78	R\$ 67,48	R\$ 10,50	R\$ 72,45			
2.1.7	96370	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM UMA FACE SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_07/2023_PS	m²	2,19	R\$ 66,52	R\$ 145,68	R\$ 68,42	R\$ 149,84			
2.2 PAREDES EXTERNAS											
2.2.1	95623	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRILICA EM PANOS SEM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	1045,18	R\$ 11,25	R\$ 11.758,28	R\$ 11,83	R\$ 12.364,48			
2.2.2	88412	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_03/2024	m²	1045,18	R\$ 4,74	R\$ 4.954,15	R\$ 4,88	R\$ 5.100,48			
2.2.3	87794	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	7,69	R\$ 49,69	R\$ 382,12	R\$ 53,43	R\$ 410,88			
2.2.4	CPDS 3682	BALANCIM MANUAL LEVE COMPR=3.0M REMANEJAMENTO-MONTAGEM/DESMONTAGEM	mês	1	R\$ 3.343,32	R\$ 3.343,32	R\$ 3.515,69	R\$ 3.515,69			
2.3 TETO											
2.3.1	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1627	R\$ 16,77	R\$ 27.284,79	R\$ 17,84	R\$ 29.025,68			
2.3.2	88494	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	204,13	R\$ 25,21	R\$ 5.146,12	R\$ 27,62	R\$ 5.638,07			
2.3.3	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	1434,82	R\$ 6,08	R\$ 8.723,71	R\$ 6,52	R\$ 9.355,03			
2.3.4	87886	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ESTRUTURA, COM DESEMPENADEIRA DENTADA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	5	R\$ 18,50	R\$ 92,50	R\$ 19,32	R\$ 96,60			
2.3.5	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	107,27	R\$ 83,04	R\$ 8.907,70	R\$ 86,61	R\$ 9.290,65			
2.3.6	39512	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	m²	154,24	R\$ 116,19	R\$ 17.921,15	R\$ 116,19	R\$ 17.921,15			
2.4 PISO											
2.4.1	COMPOSIÇÃO	REMOÇÃO, TRATAMENTO E REPOSIÇÃO DE REJUNTE ACRÍLICO PARA VEDAÇÃO DE ÁREAS MOLHADAS	m²	275,61	R\$ 30,82	R\$ 8.494,30	R\$ 34,21	R\$ 9.428,62			
2.4.2	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRILICA REFORCADO COM TELA DE POLIÉSTER (MAV). AF_09/2023	un.	18	R\$ 10,74	R\$ 193,32	R\$ 11,39	R\$ 205,02			
2.4.3	104598	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE	m²	109,25	R\$ 153,93	R\$ 16.816,85	R\$ 156,73	R\$ 17.122,75			
2.4.4	101727	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	m²	1010,48	R\$ 230,70	R\$ 233.117,74	R\$ 231,64	R\$ 234.067,59			
2.4.5	COMPOSIÇÃO	SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 4 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	m	0,7	R\$ 54,73	R\$ 38,31	R\$ 55,91	R\$ 39,14			
2.4.6	98695	SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	m	7,92	R\$ 114,99	R\$ 910,72	R\$ 117,46	R\$ 930,28			
2.4.7	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	m²	174,33	R\$ 76,15	R\$ 13.275,23	R\$ 77,53	R\$ 13.515,80			
2.4.8	102488	PREPARO DO PISO CIMENTADO PARA PINTURA - LIXAMENTO E LIMPEZA. AF_05/2021	m²	174,33	R\$ 4,44	R\$ 774,03	R\$ 4,94	R\$ 861,19			
2.4.9	102803	REFORÇO SUPERFICIAL PARA CONTRAPISOS DE ARGAMASSA SEMI-SECA. AF_07/2021	m²	6,69	R\$ 2,78	R\$ 18,60	R\$ 3,07	R\$ 20,54			
2.4.10	101738	RODAPÊ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	m	697,39	R\$ 34,51	R\$ 24.066,93	R\$ 36,41	R\$ 25.391,97			
2.5 ESCADAS											
2.5.1	104641	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	446,48	R\$ 10,45	R\$ 4.665,72	R\$ 11,23	R\$ 5.013,97			
2.5.2	104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	108,51	R\$ 13,24	R\$ 1.436,67	R\$ 14,31	R\$ 1.552,78			
2.5.3	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	446,48	R\$ 4,95	R\$ 2.210,08	R\$ 5,26	R\$ 2.348,48			
2.5.4	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	108,51	R\$ 6,08	R\$ 659,74	R\$ 6,52	R\$ 707,49			
2.5.5	88494	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	11,3	R\$ 25,21	R\$ 284,87	R\$ 27,62	R\$ 312,11			
2.5.6	100717	LIXAMENTO MANUAL EM SUPERFÍCIES METÁLICAS EM OBRA. AF_01/2020	m²	81,6	R\$ 11,64	R\$ 949,82	R\$ 12,78	R\$ 1.042,85			
2.5.7	100736	PINTURA COM TINTA ACRILICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA. AF_01/2020	m²	81,6	R\$ 17,68	R\$ 1.442,69	R\$ 19,42	R\$ 1.584,67			
SUBTOTAL ITEM 2						R\$ 466.278,71	R\$ 479.634,72				
3 COBERTURA E MARQUISES											
3.1	98546	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	m²	76,37	R\$ 125,58	R\$ 9.590,54	R\$ 129,99	R\$ 9.927,34			
3.2	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	182,99	R\$ 54,99	R\$ 10.062,62	R\$ 57,02	R\$ 10.434,09			
3.3	88476	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	m²	28	R\$ 22,31	R\$ 624,68	R\$ 22,60	R\$ 632,80			
3.4	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	167,54	R\$ 30,16	R\$ 5.053,01	R\$ 30,86	R\$ 5.170,28			
3.5	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	167,54	R\$ 71,38	R\$ 11.959,01	R\$ 72,04	R\$ 12.069,58			
3.6	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m	76,34	R\$ 53,15	R\$ 4.057,47	R\$ 54,29	R\$ 4.144,50			
SUBTOTAL ITEM 3						R\$ 41.347,33	R\$ 42.378,59				
TOTAL GERAL						R\$ 529.864,22	R\$ 545.718,27				
TOTAL GERAL C/ BDI						R\$ 637.638,60	R\$ 656.717,36				

Observações: Para a elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI - RJ.  
Foi considerado arredondamento de duas casas decimais.

## **Anexo VIII - ANEXO - Memoria de Calculo.pdf**



LC - ALA LUIS DE CAMÕES      TER - TÉRREO      LESTE - FACHADA LATERAL LESTE      \* VALORES SEM BDI  
TR - ALA PRAÇA TIRADENTES      COB - COBERTURA      OESTE - FACHADA LATERAL OESTE

## MEMÓRIA DE CÁLCULO

[illegible]

## **Anexo IX - ANEXO - Cronograma Fisico Financeiro.pdf**

# CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

REFORMA NOVA SEDE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nº	DESCRIÇÃO	VALOR C/ BDI	TIPO	PARCELAS	
				30 dias	60 dias
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 26.761,43	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
2	REVESTIMENTO E PINTURA - PAREDES INTERNAS	R\$ 82.323,72	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
3	REVESTIMENTO E PINTURA - PAREDES EXTERNAS	R\$ 24.594,93	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
4	REVESTIMENTO E PINTURA - TETO	R\$ 81.922,61	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
5	REVESTIMENTO E PINTURA - PISO	R\$ 358.259,43	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
6	REVESTIMENTO E PINTURA - ESCADAS	R\$ 14.019,12	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
7	COBERTURA E MARQUISES	R\$ 49.757,37	FINANCEIRO		
			FÍSICO		
VALOR		R\$	529.864,22		
BDI (20,34%)		R\$	107.774,38		
VALOR COM BDI		R\$	637.638,61		
DESEMBOLSO MENSAL				R\$ -	R\$ -

**Anexo X - ANEXO - BDI.pdf**



### COMPOSIÇÃO DO BDI\*

ITENS	SIGLAS	% Sobre Custo
Taxa de rateio da Administração Central	AC	3,00%
taxa de Despesas Financeiras	DF	0,59%
Taxa de Seguros, Riscos e Garantias	S+R+G	1,77%
Seguros		0,50%
Riscos		0,97%
Garantias		0,30%
Taxa de Tributos	I	8,65%
ISS		5,00%
PIS		0,65%
COFINS		3,00%
Taxa de Lucro	L	4,26%
<b>BDI Resultante</b>		<b>20,34%</b>

\* conforme ACÓRDÃO Nº 2369/2011 – TCU – Plenário

B D I - Benefício e Despesas Indiretas

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \leftarrow \text{Fórmula do BDI}$$



## **Anexo XI - Projeto Basico.pdf**



**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRF-RJ**

**PROJETO BÁSICO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Processo nº 53/2024

**1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa ou consórcio especializado para os serviços técnicos especializados de engenharia, compreendendo a execução das obras de reforma do imóvel situado a Praça Tiradentes, 50 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2. O serviço consiste na reforma do edifício com 6 pavimentos, mais subsolo, para renovação e adaptação de layout e instalações da nova sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, situado na Praça Tiradentes 50, Centro - Rio de Janeiro/RJ.
- 1.3. As ações a serem implementadas contemplam: Pintura de paredes e tetos, troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira, aplicação de porcelanato na recepção, impermeabilização de cobertura e troca de telhamento, ajustes de forros em drywall, pintura de portas corta fogo, impermeabilização de áreas molhadas, pintura de piso para estacionamento no subsolo e pintura das fachadas laterais.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na Planilha de Composição de Preços Unitários e de Custos e nos demais elementos anexos a este Projeto Básico e são capazes de caracterizar, de forma precisa e clara, o objeto da licitação e de propiciar a avaliação de seus custos, servindo de supedâneo à elaboração do edital.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.6. O contrato terá vigência pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogável, na forma da lei. Alertamos que o prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Esse corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que o Contratado execute o seu objeto.
- 1.7. O prazo de execução é de 60 (sessenta) dias.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de objeto de natureza comum, tendo em vista que envolvem soluções padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação dos bens imóveis, com preservação das características originais. Assim sendo, classificamos o presente objeto como Serviço Comum de Engenharia, com base no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a

Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, em complementação, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos de Manutenção (materiais, ferramental e equipamentos):

- a) Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo CONTRATANTE, quando for o caso;
- b) Nas situações com equipamentos danificados ou materiais desqualificados deverão ser substituídos em até vinte e quatro horas. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- c) Os uniformes e seus complementos serão fornecidos pela empresa CONTRATADA e conforme o clima da região e o disposto no respectivo acordo de convenção ou dissídio coletivo de trabalho para os funcionários;
- d) A empresa CONTRATADA deverá fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) a seus funcionários de acordo com a legislação vigente, bem como, dispor o fornecimento e instalação dos EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) e todo o ferramental e equipamentos necessários, no transcorrer da execução dos serviços;

5.1.2. Requisitos Temporais:

- a) O prazo para execução do objeto da pretensa contratação será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;
- b) A CONTRATANTE fará a verificação dos serviços executados para fins de recebimento provisório, pelo Fiscal Técnico do Contrato, após comunicação formal da Contratada quando da conclusão dos serviços;
- c) O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será emitido após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo fiscal do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados e materiais utilizados, com a consequente aceitação.

5.1.3. Requisitos de Segurança:

- a) Os funcionários da CONTRATADA deverão adequar-se às regras de segurança de circulação e identificação do CRF-RJ, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho;

5.1.4. Requisitos Ambientais

- a) Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial da construção civil, as escolhas dos materiais e da gestão na produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de engenharia;
- b) Considerando os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- c) A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente;
- d) A contratação dos serviços deve prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada,

mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de materiais e processos com menor impacto ambiental;

- e) A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2001, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/ MPOG Nº 01 DE 19/01/2010, constantes também no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

#### 5.1.5. Requisitos de experiência profissional

- a) A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado;
- b) A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem/ capacitação e atualização quando for o caso;
- c) Os funcionários da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado;
- d) As funções dos prestadores de serviços serão elencadas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10/10/2002;
- e) Os serviços serão executados pela contratada obedecendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ MP nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

#### 5.1.6. Requisitos de formação da equipe e metodologia de trabalho

- a) A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, inclusive, se o caso, como preposto da empresa;
- b) Os funcionários da CONTRATADA atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado;
- c) Os serviços serão executados pela CONTRATADA obedecendo ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ MP nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.
- d) Requisitos de segurança da informação
- e) Todos os funcionários da CONTRATADA envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do CRF-RJ.

#### 5.1.7. Requisitos de aferição dos resultados

- a) A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, relacionando as recomendações que se fizerem necessários para correção, se for o caso.
- b) Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

### 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefones: (021) 3872-9216, e/ou por contato via e-mail: [licitacao@crf-rj.org.br](mailto:licitacao@crf-rj.org.br).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue em mídia digital, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. PROJETO EXECUTIVO**

8.1. A CONTRATADA desenvolverá o projeto executivo a partir do projeto básico fornecido pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ, os quais, se necessário, serão complementados. As dúvidas e alterações desta especificação terão que ser levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO, a fim de que sejam esclarecidas.

8.2. Os projetos executivos desenvolvidos de acordo com o projeto básico apresentados pelo Os projetos executivos desenvolvidos de acordo com o projeto básico de arquitetura apresentados pela, bem como, todos os detalhes que se fizerem necessários serão apresentados pela CONTRATADA, os quais deverão ser submetidos ao CRF-RJ para análise e aprovação.

8.3. Os projetos EXECUTIVOS listados abaixo ficarão a cargo da CONTRATADA, devendo ser aprovados em órgãos ou concessionárias competentes e submetidos e aprovados previamente pelo CRF-RJ:

- 8.3.2. Pintura de paredes e tetos;
- 8.3.3. troca de pisos vinílicos e rodapés de madeira;
- 8.3.4. aplicação de porcelanato na recepção;
- 8.3.5. impermeabilização de cobertura e troca de telhamento;
- 8.3.6. ajustes de forros em drywall;
- 8.3.7. pintura de portas corta fogo;
- 8.3.8. impermeabilização de áreas molhadas e
- 8.3.9. pintura de piso para estacionamento no subsolo.
- 8.3.10. Pintura de fachadas

8.4. Maior detalhamento esta contido na Memória de Calculo e no Orçamento Referencial.

8.5. Todos os projetos deverão ser entregues ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF/RJ ao final da obra, após o “as built” elaborados através do programa AUTOCAD em mídia digital e 1 (um) jogo completo de cada projeto plotados em papel comum.

8.6. A CONTRATADA deverá encaminhar diretamente a FISCALIZAÇÃO, os projetos, estudos, croquis ou outros elementos técnicos necessários, para a devida aprovação.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. A CONTRATADA poderá apresentar materiais funcionalmente similares aos especificados, contanto que

mantenham-se as prerrogativas básicas quanto à especificação (não comprometendo o padrão de qualidade); bem como sugerir tecnologias de execução diferenciadas, contanto que mantendo ou vindo a aprimorar a qualidade dos serviços em conformidade com o objeto em questão.

9.2. A atuação da FISCALIZAÇÃO, não eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços, continuando sempre como única responsável pela solidez, aparência, perfeição técnica dos trabalhos executados e total segurança de terceiros durante a execução do serviço.

9.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 9.3.2. Início da execução do objeto: 05 dias da assinatura do contrato;
- 9.3.3. A descrição detalhada dos serviços a serem executados encontra-se nos itens 8.3.2 ao 8.3.10 deste Projeto Básico, bem como no Orçamento Referencial e na Memória de Cálculo, anexos deste Termo de Referência.
- 9.3.4. Cronograma de realização dos serviços:
- 9.3.5. A entrega do objeto deverá ser feita por meio de etapas macros que, em conjunto, compõem o cronograma físico-financeiro que será referência para a execução do serviço, sendo remuneradas somente etapas 100% (cem por cento) concluídas, da seguinte forma:

ETAPA	PRAZOS DE EXECUÇÃO	FORMAS DE PAGAMENTO
1. Planejamento e apresentação do projeto.	10 (dez) dias a contar da data da assinatura do instrumento contratual.	5% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a entrega do projeto e aprovação do mesmo pela equipe de Fiscalização do CRF-RJ.
2. Impermeabilização de 259,36m² de laje (cobertura e marquises) e Substituição de 167,54m² de telhado e estrutura.	10 (dez) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	5% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
3. Reforço de 70,02m² de emboço com impermeabilização, Substituição de 261,51m² de forro (fixo e móvel) e Impermeabilização de 18 ralos, reforço de 275,61m² de rejunte/piso e aplicação de 109,25m² de porcelanato na nova recepção do Conselho	20 (vinte) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
4. Pintura de 4.782,13m² de superfície (parede e teto) e Pintura de 15 portas corta fogo.	20 (vinte) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	20% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
5. Troca de 1.010,48m² de piso laminado por piso vinílico e Substituição de 697,39m de rodapés de madeira.	15 (quinze) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	40% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
6. Pintura de 1.045,18m² das fachadas laterais e Pintura epóxi para 174,33m² de estacionamento e acesso.	10 (dez) dias, a contar da aprovação projeto da etapa anterior pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.
7. Aprovação dos serviços executados.	05 (cinco) dias, a contar da finalização dos serviços e aprovados pela Fiscalização.	10% do valor global, sendo o pagamento realizado ao final da etapa, com a conclusão dos serviços executados e aprovados pela Fiscalização do CRF-RJ.

9.4. Os prazos para execução dos serviços contratados serão contados em dias corridos a partir da assinatura do contrato.

9.5. O Projeto Executivo a ser apresentado pela futura Contratada, englobando os serviços descritos no Orçamento Referencial e na Memória de Cálculo, deverá ser coerente e adequado ao cronograma do item 9.3.5

## **Serviços a serem executados**

- 9.6. Reforço de 70,02m<sup>2</sup> de emboço com impermeabilização;
- 9.7. Troca de 1.010,48m<sup>2</sup> de piso laminado por piso vinílico;
- 9.8. Substituição de 167,54m<sup>2</sup> de telhado e estrutura;
- 9.9. Pintura de 4.782,13m<sup>2</sup> de superfície (parede e teto);
- 9.10. Substituição de 261,51m<sup>2</sup> de forro (fixo e móvel);
- 9.11. Pintura de 1.045,18m<sup>2</sup> das fachadas laterais;
- 9.12. Impermeabilização de 18 ralos e reforço de 275,61m<sup>2</sup> de rejunte/piso;
- 9.13. Pintura epóxi para 174,33m<sup>2</sup> de estacionamento e acesso;
- 9.14. Substituição de 697,39m de rodapés de madeira;
- 9.15. Pintura de 15 portas corta fogo;
- 9.16. Impermeabilização de 259,36m<sup>2</sup> de laje (cobertura e marquises);
- 9.17. Aplicação de 109,25m<sup>2</sup> de porcelanato na nova recepção do Conselho.

## **10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e suficientes, e em qualidades aceitáveis pela fiscalização, promovendo sua substituição quando necessário.

10.2. Na aquisição, a CONTRATADA dará preferência, em igualdade de condições, a materiais que tenham MARCA DE CONFORMIDADE, de acordo com a ABNT.

10.3. Os materiais caracterizados nas especificações pelas suas marcas comerciais, definindo o padrão de qualidade do produto, só poderão ser substituídos por outros que preencham os mesmos padrões, comprovados por ensaios em órgãos idôneos, a critério da FISCALIZAÇÃO.

10.4. Os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser retirados do canteiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 72 horas.

10.5. Todos os materiais a serem utilizados deverão obedecer às Normas Técnicas da ABNT e em caso de inexistência destas, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação das Normas ou Especificações a serem cumpridas pelos fornecedores de materiais e equipamentos na obra.

10.6. A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licença de utilização.

10.7. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

10.8. Caso se utilizem materiais minerais (areia, argila, brita, etc.) para realização dos serviços, estes deverão ser oriundos de jazidas regularizadas e submetidos à aprovação do serviço de controle tecnológico e qualidade, como também da FISCALIZAÇÃO.

10.9. Todos os serviços são com o fornecimento do material a ser empregado, na forma da Memória de Cálculo.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Cronograma Físico e o processamento das medições obedecerá à Planilha de Quantitativos e Custos Unitários constantes neste projeto básico.

11.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.3. não produzir os resultados acordados,

11.4. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.5. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios descrito na tabela do item 9.7

## **12. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato e nas condições descritas nas cláusulas do contrato.

12.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

12.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **13. Disposições Gerais**

13.1. Fazem parte integrante do presente documento, onde couberem, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – A.B.N.T., assim como aquelas exigidas ou recomendadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

13.2. Os serviços serão executados em estrita e total observância das indicações constantes nas especificações e planilhas orçamentárias - não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO.

13.3. As especificações e a planilha orçamentária são elementos que se complementam, devendo as eventuais discrepâncias serem resolvidas pela FISCALIZAÇÃO na ordem de prevalência acima indicada, obedecido ao disposto abaixo.

13.4. Nas especificações fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares ao especificado, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, e com a autorização da FISCALIZAÇÃO.

13.5. Reserva-se à FISCALIZAÇÃO o direito de impugnar o andamento das obras e a aplicação de materiais ou equipamentos, desde que não satisfaçam o que está contido nestas especificações, obrigando-se a CONTRATADA a desmanchar por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as mesmas especificações.

13.6. A CONTRATADA deverá conservar na obra uma cópia destas especificações, sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO.

13.7. De modo algum a atuação da FISCALIZAÇÃO, na parte de execução das obras, eximirá ou atenuará a responsabilidade da CONTRATADA pelos defeitos de ordem construtiva que as mesmas vierem a apresentar. Só à CONTRATADA caberá a responsabilidade pela perfeição das obras em todos os seus detalhes.

13.8. O acesso do Fiscal a qualquer parte da obra, a qualquer momento, será facilitado pela CONTRATADA, que manterá na obra um seu representante devidamente credenciado.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2024.



Anderson Pinheiro Alves Brasileiro  
Assessor da Diretoria - Engenheiro